



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 4



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 4

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M587	<p>As metas preconizadas para a educação e a pesquisa integrada às práticas atuais 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-92-8 DOI 10.22533/at.ed.928201304</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.</p> <p>CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Toda cultura científica deve começar por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão razões para evoluir. (Gaston Bachelard).

A pesquisa integrada às práticas atuais é um fenômeno que, inegavelmente, converge para a necessidade de mudança nos programas formativos voltados para modelos meramente instrucionistas e burocratizados, uma vez que na atualidade a competência do profissional docente deve ir muito além das fronteiras disciplinares e dos procedimentos de transmissão do conhecimento. O formalismo que tem contornado a pesquisa de muitas de nossas universidades coloca o ensino em uma posição ambígua, pois, de um lado, ele é supervalorizado, muito embora de forma equivocada, já que a instrução tem sido o seu maior motivo de existência; de outro, ele é menosprezado, porquanto a pesquisa, para muitos, é atividade inegavelmente mais nobre que ensino, essa querela atravessa diariamente as portas da universidade e invade o cotidiano das escolas, tendo como porta-voz um professor programado para 'dar' aulas, aplicar provas, atribuir notas, aprovar ou reprovar os alunos. Estas vítimas de um sistema de ensino ultrapassado e reprodutor de ideologias dominantes, prosseguem toda a sua vida escolar na posição de receptáculos de conteúdo, ouvintes acomodados e repetidores de exercícios vazios de sentido e significado. Esse é um fato por nós conhecido, o qual requer ordenamentos políticos, econômicos e pedagógicos para assegurar o desenvolvimento de uma nova cultura docente. Cultura esta que demanda a presença da pesquisa como princípio científico e educativo, tal como formulado

A pesquisa vem sendo, cada vez mais, foco de discussões em diversos contextos educativos, em diferentes campos do conhecimento. Na área da educação, apresentam-se argumentos que discutem a pesquisa enquanto dispositivo para um desenvolvimento imaginativo que incentiva e possibilita reflexões, tomadas de decisões, resoluções de problemas e julgamentos que valorizam o aluno enquanto protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. Pensar sobre a pesquisa na educação implica considerar diferentes aspectos, envolvendo questões sociais, culturais, psicológicas, antropológicas, históricas e políticas nas mais diversas dimensões da vida. A pesquisa vem sendo compreendida como uma demanda social, principalmente no que se refere aos processos de aprendizagem. É importante perceber como a pesquisa é relevante para todos os aspectos da aprendizagem. Esses argumentos repercutem no âmbito educacional, à medida que se compreende a importância de que os estudantes tenham a oportunidade de se posicionar diante de situações com autonomia, tomando decisões e construindo

suas identidades, incertezas, complexidades, progressos e mudanças e isto vêm gerando desafios e problemáticas imprevisíveis, requerendo soluções criativas. Nesse sentido, a educação, de modo geral, deveria acompanhar essas mudanças e desafios da atualidade. Os trabalhos destacam a relevância das pesquisas a importância das práticas criativas nos processos de ensino e aprendizagem, o incremento dessas práticas em diferentes contextos educacionais. É importante destacar que, as pesquisas são utilizadas de forma distinta para definir os campos teórico-conceituais e da prática educativa. Desse modo, a pesquisa se refere ao estudo das teorias, conceitos e definições. É evidente que a importância da pesquisa, a problematização nos tempos atuais, enfatizando a essência do diálogo, que consiste na ação e na reflexão do conhecimento do homem frente à realidade do mundo, interpretando-o, tendo em vista a possibilidade de se vislumbrar um mundo bem.

Por fim não apenas recomendo a leitura dos textos do e-book “As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais” e dos 97 artigos divididos em 04 volumes, mais do que isso, sugiro o estudo efetivo a fim de mobilizar nossas mentes a promover o debate ainda mais acirrado diante da conjuntura política dos tempos atuais, a fim de fortalecer o movimento cotidiano.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SEMENTÁRIO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, QUAL A RELAÇÃO?	
Silvia Naiane Jappe	
Beatriz Helena Gomes Rocha	
Vera Lucia Bobrowski	
Thais Monteiro Miranda	
Julio Cesar Paes Jácome de Araujo Filho	
Aldo Girardi Pozzebon	
DOI 10.22533/at.ed.9282013041	
CAPÍTULO 2	9
UMA ANÁLISE MULTICRITÉRIO PARA USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO EAD	
Fabiano de Paula Soldati	
Eduardo Gomes de Oliveira	
Gustavo Oliveira Rodrigues	
Paôla Pinto Cazetta	
Matheus Licazali Novais	
Alessandro dos Santos Rodrigues	
Arthur Webster Moreira	
Joel Peixoto Filho	
DOI 10.22533/at.ed.9282013042	
CAPÍTULO 3	21
VIOLÊNCIA ESCOLAR E A PRÁTICA DO <i>BULLYING</i> ENTRE OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	
Luciano Tadeu Corrêa Medeiros	
Elianay Wilkerson da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.9282013043	
CAPÍTULO 4	43
VIOLÊNCIA, INDISCIPLINA NA ESCOLA E SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> EM DOCENTES: ALGUMAS APROXIMAÇÕES	
Ana Paula dos Santos Silva	
Fernando César Bezerra de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.9282013044	
CAPÍTULO 5	56
GÊNERO E ENSINO SUPERIOR: A INSERÇÃO DE MULHERES NO CURSO DE ELETROTÉCNICA INDUSTRIAL DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO – CAMPUS PONTES E LACERDA	
Maria Eduarda Araujo de Aquino	
Joyce Brito Silva	
Jessica Aparecida Cássia dos Santos	
Bruna Garcia Fonseca	
Aline Pereira Dutton	
DOI 10.22533/at.ed.9282013045	
CAPÍTULO 6	65
O LUGAR DA AFETIVIDADE RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	
Rafaella Almeida Aragão	
Alexsandra Maria Sousa Silva	

CAPÍTULO 7 73

A INTERSEÇÃO DA CULTURA ASPECTOS INDIVIDUAIS NA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Yubis Pereira Martins

Monique Delgado

Melissa Camilo

Débora Cristina Machado Cornélio

Dayana Almeida Silva

Valquiria Nicola Bandeira

Marilurdes Cruz Borges

DOI 10.22533/at.ed.9282013047

CAPÍTULO 8 86

ENSINO DE ASTRONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE TRABALHOS DOS ENPEC'S DE 2009 ATÉ 2017

Érika de Sousa Azevedo

Evonir Albrecht

DOI 10.22533/at.ed.9282013048

CAPÍTULO 9 94

INCENTIVO À LEITURA POR MEIO DE POESIA NA ESCOLA COMO ATIVIDADE LÚDICO INTERPRETATIVA

Vinícius Melo de Freitas

Luân Felipe Valente Souza

DOI 10.22533/at.ed.9282013049

CAPÍTULO 10 104

DESAFIO DOCENTE FRENTE AO DIÁRIO ONLINE NA EEM JOSEFA BRAGA BARROSO NO MUNICÍPIO DE MIRAÍMA-CE

Maria Darliane Araújo de Souza

Antônia Evangelina Custódio Gonçalves

Roberta Bussons Rodrigues Valério

DOI 10.22533/at.ed.92820130410

CAPÍTULO 11 113

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda Nunes Gomes Meira

Paula Maria Nunes da Silva

Niedja de Freitas Pereira

Bruna Toso Tavares

DOI 10.22533/at.ed.92820130411

CAPÍTULO 12 125

LITERATURA SURDA: A CONSTRUÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO A PARTIR DO CONCEITO DE IDENTIDADES SURDAS DE PERLIN, UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo

Liliane Afonso de Oliveira

Alessandra de Sousa Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.92820130412

CAPÍTULO 13	135
NARRATIVA E TRAJETÓRIA: ANSEIOS E MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Paula Bárbara Miranda Camilo Anderson da Cunha Baía	
DOI 10.22533/at.ed.92820130413	
CAPÍTULO 14	142
MÉTODO ALTERNATIVO PARA <i>SCREENING</i> DE POTENCIAIS NOVOS AGENTES ANTITUMORAIS	
Jordana Casemiro Pinto Monteiro Rodrigo Casemiro Pinto Monteiro Mariana Pinheiro Guimarães Pinto Regina Mara Silva Pereira Susana Nogueira Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.92820130414	
CAPÍTULO 15	149
NÚMEROS E GRANDEZAS E MEDIDAS (QUESTÕES): O QUE DIZEM OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE MATEMÁTICA DO 6º ANO?	
Sivonaldo de Melo Sales Albaneide Silva Celestino	
DOI 10.22533/at.ed.92820130415	
CAPÍTULO 16	162
O DESPERTAR DA LIBERDADE, O USO DE <i>FACEBOOK</i> PARA A PROMOÇÃO DAS PRÁTICAS LEITORAS E ESCRITORAS: OLHARES E REPRESENTAÇÕES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA	
Patrícia Trindade Nunes Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.92820130416	
CAPÍTULO 17	173
O ENSINO DO FRANCÊS ATRAVÉS DA MÚSICA – RELATOS DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO INTITULADO “LÍNGUA E CULTURA FRANCESA ATRAVÉS DA MÚSICA PARA ALUNOS E SERVIDORES DA UFPB E COMUNIDADE EXTERNA” – UFPB 2019	
Cynthia Silva Teixeira Lima Thayaná Carla Linhares César	
DOI 10.22533/at.ed.92820130417	
CAPÍTULO 18	179
O ENSINO DA LIBRAS COMO L2 PARA IDOSOS COMO AÇÃO DE MEDIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO ÂMBITO DA SAÚDE	
Ana Cristina de Sousa Costa Ana Rebeca Medeiros Nunes de Oliveira Andrea Maria Araújo Ferreira de Lima Antonio Daley Marques do Nascimento Marilene Calderaro Munguba	
DOI 10.22533/at.ed.92820130418	
CAPÍTULO 19	187
O EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA DA PUCPR: UMA PRÁTICA DE LETRAMENTO ACADÊMICO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Cristina Yukie Miyaki	

CAPÍTULO 20	201
O LETRAMENTO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM DIÁLOGO INDISPENSÁVEL NAS FORMAÇÕES CONTINUADAS	
Rhafaela Rico Bertolino Beriula	
DOI 10.22533/at.ed.92820130420	
CAPÍTULO 21	212
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA GESTÃO EDUCACIONAL: IMPLICAÇÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL	
Dalva Helena de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.92820130421	
SOBRE A ORGANIZADORA	225
ÍNDICE REMISSIVO	226

A INTERSEÇÃO DA CULTURA ASPECTOS INDIVIDUAIS NA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO

Data de aceite: 27/03/2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro
UNESP

Yubis Pereira Martins
UNESP

Monique Delgado
UNESP

Melissa Camilo
UNESP

Débora Cristina Machado Cornélio
UNESP

Dayana Almeida Silva
UNESP

Valquiria Nicola Bandeira
UNIARA

Marilurdes Cruz Borges
UNIFRAN

RESUMO: Cada um de nós é uma pessoa única, que tem características comuns a toda a humanidade. Elas nos identificam com alguns e nos tornam diferentes de outros. Desde criança somos ensinados a agir e a ter uma determinada aparência, de acordo com o seu sexo biológico. Crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque “é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso na sociedade. Entretanto, o fato é

que a grande diferença que percebemos entre homens e mulheres é construída socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são ensinados a agir de acordo como são identificadas, a ter um papel de gênero “adequado”. Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as diferenças entre homens e mulheres são naturais, totalmente biológicas, quando, na verdade, parte delas é influenciada pelo convívio social. Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. Para algumas pessoas, a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade, é o caso das pessoas conhecidas como travestis, e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo chamado de transgênero.

PALAVRA CHAVE: transgênero; identidade social; sexualidade

INTRODUÇÃO

As contradições do corpo, corpo não é meu corpo, é ilusão de outro ser. Sabe a arte de esconder-me e é de tal modo sagaz que a

mim de mim ele oculta. Meu corpo, não meu agente, meu envelope selado, meu revólver de assustar, tornou-se meu carcereiro, me sabe mais que me sei. Meu corpo apaga a lembrança que eu tinha de minha mente. Inocula-me seu patos, me ataca, fere e condena por crimes não cometidos. O seu arдил mais diabólico está em fazer-me doente. Joga-me o peso dos males que ele tece a cada instante e me passa em revulsão. Meu corpo inventou a dor a fim de torná-la interna, integrante do meu Id, ofuscadora da luz que aí tentava espalhar-se. Outras vezes se diverte sem que eu saiba ou que deseje, e nesse prazer maligno, que suas células impregna, do meu mutismo escarnece. Meu corpo ordena que eu saia em busca do que não quero, e me nega, ao se afirmar como senhor do meu Eu convertido em cão servil. Meu prazer mais refinado, não sou eu quem vai senti-lo. É ele, por mim, rapace, e dá mastigados restos à minha fome absoluta. Se tento dele afastar-me, por abstração ignorá-lo, volta a mim, com todo o peso de sua carne poluída, seu tédio, seu desconforto. Quero romper com meu corpo, quero enfrentá-lo, acusá-lo, por abolir minha essência, mas ele sequer me escuta e vai pelo rumo oposto. Já premido por seu pulso de inquebrantável rigor, não sou mais quem dantes era: com volúpia dirigida, saio a bailar com meu corpo. Carlos Drummond de Andrade (Corpo, 1984)

Para muitos, os comportamentos femininos e masculinos deveriam corresponder ao sexo biológico de cada indivíduo, sendo assim a cultura brasileira é considerada binária, na qual apenas dois sexos são considerados normais (Sampaio & Coelho, 2013). Entretanto, a identidade sexual nem sempre é desenvolvida da forma como a sociedade espera que esta aconteça. A normatividade não significa que a adaptação deve ser de acordo com as normas sociais vigentes, mas sim, à possibilidade de se criar novas normas de vida (Canguilhem, 1990).

Louro, (2018) aponta que a concepção binária do sexo, tomado como um “dado natural”, que independe dos fatores históricos, sociais e culturais, reduz a ideia de gênero, impondo a heterossexualidade como única via de manifestação sexual. Todas as possibilidades de descontinuidade, transgressão e subversão abertas por essas três categorias - sexo, gênero, orientação sexual - são, nesse contexto, empurradas para o terreno da ininteligibilidade ou do patológico. Fica evidente, portanto, que a emergência do conceito de gênero no discurso médico não representou uma ruptura com uma lógica binária e essencialista da sexualidade humana.

Por conta do desacordo entre sexo biológico e psicológico, as transexuais reivindicam autonomia sobre os seus corpos (Paechter, 2009). Desta forma o autor expõe que, na busca por uma adequação de sexo e gênero, estes sujeitos buscam por intervenções cirúrgicas e tratamentos hormonais.

A discussão em torno do assunto vai além da possibilidade de realizar ou

não tratamentos cirúrgicos e hormonais (Silva, 2008). Além disso, as pessoas transexuais mostram grande desconforto com relação ao nome de identidade e certidão de nascimento. Na atual sociedade, as pessoas existem por meio de um corpo sexual, desta forma, é necessário que esse corpo externalize o modo como o sujeito entende seu sexo e gênero (Santos, 2007).

Visto que a pressão social pode prejudicar aspectos psicossociais importantes para o bom desenvolvimento do indivíduo, é necessário avaliar alguns destes fatores, como a qualidade de vida e felicidade (Panzini, Maganha, Rocha, Bandeira & Fleck). Além disso, os autores incluem que tão importante quanto os fatores já citados, a espiritualidade pode servir como suporte para que estes sujeitos lidem melhor com os conflitos internos e externos a quais são expostos.

O tema ainda é gerador de tabus e levanta questões para as quais ainda não se possui respostas concretas (Sampaio & Coelho 2013). O que pode-se dizer com clareza, de acordo com os autores, é que a estreita relação entre a condição de transexual e a patologia vem sendo debatida e repensada, assim como a luta pelo reconhecimento social de inúmeras formas de identidade de gênero.

IDENTIDADE, SEXO E GÊNERO

A palavra Identidade é definida como conjunto de características próprias e exclusivas de um indivíduo, como consciência da própria personalidade, o que faz com que uma coisa seja da mesma natureza que outra (Houaiss, Villar & Manoe, 2008, p. 374-402). Para os mesmos autores, a palavra gênero é um conjunto de espécies com a mesma origem ou as mesmas particularidades, tipo, classe, estilo, classe de estilo, técnica ou natureza artística, em gramática, categoria que classifica as palavras em masculino, feminino e neutro.

A palavra gênero foi adicionada no contexto social após a II Guerra Mundial por conta dos movimentos sociais feministas, que fundamentavam as distinções sociais relacionadas ao sexo biológico (Spizzirri, Pereira & Abdo, 2014). Ainda segundo os autores, o movimento passou a utilizar o termo gênero ao invés de sexo, dando ênfase a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres não estavam relacionadas apenas ao sexo biológico, e sim aos fatores culturais nos quais as pessoas estavam inseridas.

Para Ribeiro (2017), a sexualidade constrói-se em contextos envolvendo sexo, corpo, gênero e atitudes sexuais são recorrentes na sociedade de forma geral e na escola, em particular, esses segmentos (sociedade e escola) interpretam e respondem a essas questões a partir de crenças, de valores morais, de normas religiosas, costumeiramente fundamentando-se em preconceitos e discriminação. O autor ainda salienta que a educação sexual enquanto campo que se fundamenta na

ciência, na didática e no método possibilita uma compreensão das questões sexuais, além desse senso comum, sua aplicabilidade pode contribuir para que as pessoas se sensibilizem e passem a entender a sexualidade, a partir da desconstrução de tabus, preconceitos e valores enraizados historicamente.

Assim como destacado por Laqueur (1992), as diferenças entre os sexos eram uma invenção ao século XVIII. Além disto, Laqueur afirma que até aquela época, havia o registro de um único sexo – o masculino, a mulher era considerada um homem incompleto, e a partir de então, as diferenças foram reforçadas e o registro de dois sexos foi instituído.

Portanto, sexo refere-se tanto a masculino quanto a feminino, relaciona-se aos aspectos biológicos e de reprodução e gênero sendo utilizado para indicar o papel social, menino ou menina, homem ou mulher e na maioria das pessoas relacionado ao sexo de nascimento (Associação Americana de Psicologia [APA], 2013, p. 510-515).

Complementando, Butler (1990) observa que gênero envolve diversas modalidades de identidades, não estando relacionado somente à orientação sexual e muito menos a outros aspectos da sexualidade.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Desde criança as pessoas são ensinadas a agir conforme o seu sexo biológico, mas sexo é biológico, gênero é social, e o gênero vai além do sexo (Jesus, 2012). Além disto, Jesus (2012) ainda afirma que o que importa na definição do que é ser homem ou mulher é a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente e, para alguns, a vivência de um gênero vai além do sexo, é uma questão de identidade.

Ao pesquisar a genealogia da sexualidade, Foucault (2001) aborda no início do século XVII ainda pairava certa franqueza sobre a sexualidade. Nesta época, os códigos de conduta eram frouxos: “gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos pavoneavam” (Foucault, 2001, p. 9). Posteriormente, na época vitoriana, a situação se modificou. A sexualidade, ou o que restou dela, foi encerrada no quarto dos pais. Os corpos foram escondidos pelo “decoro das atitudes” e os discursos purificados pela “decência das palavras”. O que não podia ser completamente silenciado foi isolado, circunscrito em espaços de tolerância, como, por exemplo, nos prostíbulos e asilos. A explicação dessa transição se sustentou, durante muito tempo, na hipótese da repressão social da sexualidade, justificada pelo risco de

que o sexo dissipasse as energias que deveriam estar voltadas para a produção do capitalismo emergente. Foucault, no entanto, nos apresenta um paradoxo: a partir do final século XVI, o interesse pela sexualidade aumentou e a tentativa de colocá-la em discurso se tornou acirrada. Para ele, a vontade de saber não se deteve diante de um “tabu irrevogável”, se obstinando a construir uma “ciência da sexualidade” (Foucault, 2001, p. 19). Pereira (2014) destaca que, desta forma, a identidade de gênero é uma categoria da identidade social e diz respeito à identificação do indivíduo como homem ou mulher. Portanto, para o autor, transgênero refere-se ao amplo grupo de indivíduos que transitoriamente ou persistentemente não se identificam com o seu sexo de nascimento. A transexual, prossegue o autor, é aquele que, além de não se identificar com seu sexo de nascimento, procura adequar, ou passou por uma adequação para o gênero desejado, o que em vários casos, envolve uma transição somática por tratamento hormonal e cirurgia genital (cirurgia de redesignação sexual).

A TRANSEXUALIDADE

Uma parte das pessoas transexuais se reconhece nessa condição ainda na infância, outras tardiamente, pelas mais diferentes razões, principalmente as sociais, como o preconceito (Jesus, 2012).

A série “Quem sou eu”, de Saadeh, Vieira, e Latta (2017), exibida no programa Fantástico, explica de forma didática a questão biológica envolvida neste processo. Num primeiro momento, o vídeo mostra que no embrião humano, a genitália começa a ser formada por volta da décima semana de gestação, enquanto o cérebro já está em desenvolvimento. Por volta da vigésima semana se forma a área do cérebro que define a identidade de gênero, e desta forma, o embrião pode possuir cérebro e genitália que se reconheçam; ou, pode ocorrer do embrião se estruturar com genitália feminina e o cérebro masculino, ou vice versa. Por fim, entre dois e quatro anos, esta diferença passa a se manifestar, pois é quando a criança adquire maturidade para se reconhecer como menino ou menina.

A transsexual seria alguém que transcende por meio da sexualidade, ou seja, pode estar de um lado e de outro. No entanto, a transexual não abandona um sexo pelo outro, mas sim, deixa os atributos de um sexo pelas aparências do outro (Ceccarelli, 1998).

Para os trans, ter um órgão genital e não se sentir pertencente a este sexo é um sofrimento diário, afinal, eles não se sentem aptos a usar seus órgãos sexuais de forma a atribuí-los como prática sexual normal entre homem e mulher, causando grande angústia por pertencerem àquele corpo (Galvão & Fernandes, 2016).

Para compreender a transexualidade, Sampaio e Coelho (2012) discutem sobre a importância de se entender que o sexo biológico e as características físicas não determinam a identidade sexual do indivíduo ou a percepção que este tem de si mesmo.

TRATAMENTO HORMONAL E CIRURGIA TRANSGENITAL

Os transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como se percebem e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico (Jesus, 2012). Conforme a autora, isso pode se dar de várias formas, desde tratamentos hormonais até procedimentos cirúrgicos.

O objetivo do tratamento endocrinológico é induzir o aparecimento de caracteres sexuais secundários de acordo com a identificação de gênero através de terapia hormonal, possibilitando o acompanhamento clínico, onde o tratamento só poderá ser interrompido para a realização da cirurgia (Arán, Murta & Lionço 2009). Os autores explicam que não há necessidade do uso de doses elevadas de hormônios para se alcançar os efeitos desejados ou alcançá-los mais rapidamente.

Os avanços médicos permitem que mulheres e homens transexuais possam adquirir uma fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens genéticos/biológicos (Jesus, 2012).

As transexuais buscam a realização de cirurgias, como: neocolpovulvoplastia (mudança do sexo masculino para o feminino), faloplastia (mudança do sexo feminino para o masculino), mastectomia (excisão ou remoção total da mama), histerectomia (remoção de parte ou da totalidade do útero), e hormonioterapia, para uma melhor adequação (Coelho et. al., 2012). Em 1952 ocorreu, na Dinamarca, a primeira cirurgia de redesignação sexual, e após este acontecimento, o movimento transexual tem ganhado mais força (Ceccarelli, 1998).

No Brasil, a legalização das cirurgias deu-se em 1979, quando o Conselho Federal Medicina foi interrogado sobre a inclusão de próteses mamárias em pacientes do sexo masculino (Arán, Murta & Lionço 2009). Conforme citado pelos mesmos autores, no I Encontro Nacional do Conselho Federal de Medicina, houve uma manifestação favorável à realização da cirurgia, que foi considerada a etapa mais importante no tratamento de transexualidade, por sua possibilidade de adaptar a morfologia genital ao sexo com o qual o indivíduo se identifica.

Os sujeitos que desejam realizar a cirurgia devem passar por um acompanhamento terapêutico de no mínimo dois anos, possuir a maioria e o diagnóstico de transexualidade (Conselho Federal de Medicina [CFM], 2002). Após os dois anos, caso o (a) usuário (a) seja considerado (a) transexual e tenha condições clínicas, o mesmo poderá ser encaminhado (a) para a realização do procedimento

cirúrgico (Murta et. al., 2009). Entretanto, o autor revela que, devido à dificuldade de agendamento das cirurgias, os (as) pacientes transexuais têm permanecido por muito mais tempo aguardando a realização da cirurgia.

No atual contexto brasileiro, as transexuais que chegam aos serviços de saúde encontram-se, muitas vezes, numa condição de extrema vulnerabilidade psíquica, física e social (Lionço, et. al., 2009).

Bento (2006) e Butler (2004) acreditam que muitos indivíduos que buscam a cirurgia o fazem pela necessidade de conformação ao discurso predominante: ter de pertencer necessariamente a um sexo ou outro, isto é, como se tivessem que se submeter à ideia de que a cirurgia garantiria ou seria uma espécie de última palavra sobre o gênero – um homem ou uma mulher de verdade. Para isso, precisam se acreditar ou se fazer de doentes. Hoje as dúvidas existem na Psicanálise e é possível encontrar posições que admitem transexuais neuróticos, psicóticos ou perversos. Contudo, entre pares, essa conversa poderia ser considerada legítima, afinal, como já se disse, todos seríamos ou neuróticos ou psicóticos ou perversos.

NOME SOCIAL

Uma das maiores demandas referentes ao público transgênero é o desejo de respeito tanto social, quanto institucional, pois o tratamento nominal adequado no contexto das entidades públicas é uma das maneiras de reconhecer o pleno exercício da cidadania buscado pela população trans (Aguinsky, Ferreira & Rodrigues, 2013).

Diversos países estabelecem leis sobre os direitos das pessoas trans, tais leis são alteradas conforme a compreensão que o legislador tenha a respeito do que seja gênero (Bento, 2014). Ainda segundo o autor, quanto mais biológica seja esta visão, maiores serão as exigências para que o indivíduo possa realizar cirurgias de transgenitalização e as mudanças nos documentos.

No Brasil, Roussel e Gomes (2016), a partir do Decreto nº 8.727, de 28 de Abril de 2016, determinam o reconhecimento da identidade de gênero de transexuais ou travestis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, podendo solicitar, em qualquer momento, a inclusão do nome social nos documentos oficiais e em todos os sistemas de registros de informação.

Observa-se que a alteração do prenome junto ao nome, viabiliza-se perfeitamente para evitar situações constrangedoras (Hogemann, 2014). O autor reconhece que tal mudança, além de respeitar a dignidade das transexuais e travestis, também gera inclusão social destas pessoas, em razão da diminuição dos constrangimentos causados com o uso do seu nome civil. Deste modo, Hogemann (2014) afirma que a cidadania ocorre de forma concreta para as travestis e transexuais, tendo em

vista que muitos deixavam de exercer seus direitos - como, por exemplo, direito a educação, ao trabalho, à saúde - por temerem serem discriminados socialmente.

PRECONCEITO SOCIAL OU TRANSFOBIA

Além do sofrimento gerado a partir do desencontro entre sexo biológico e psicológico, as transgêneros enfrentam a discriminação social e familiar e, em muitos casos, buscam viver de acordo com o que é esperado socialmente, mesmo que isso lhes traga maiores angústias (Sampaio & Coelho, 2012).

Antes de se dizer o que é patológico em sexualidade, é preciso entender que o que é “normal” não está necessariamente relacionado com o que é natural (Cecarelli, 2015). Logo, Cecarelli (2015) destaca que o discurso dos que consideram aceitável apenas a união sexual entre um homem e uma mulher, manifesta uma ideia de poder ligado à mitologia da nossa sociedade.

Embora existam centros que promovam a sensibilização para o tema, como o Centro de Cidadania LGBT, que visa mudar essa realidade, Silva e Santos (2014) mostram que o enfrentamento do preconceito é uma das grandes dificuldades vividas por este grupo de indivíduos que são considerados, por muitos, “anormais”. Além disso, os autores chamam a atenção para a notória falta de suporte por parte da maioria dos grupos que estes integram.

No aspecto familiar, Oliveira e Porto (2016) escrevem sobre a importância de estabelecer relações de aliança e afeto entre todos os membros da família. Entretanto, conforme os autores, o que geralmente ocorre é a negação desse alicerce a travestis e transexuais, havendo quebra de vínculos e retirando-lhes o apoio dentro de casa.

Lavor (2017) realizou uma reportagem que expressa de forma significativa o caráter de ódio direcionado à população transgênero, onde apresenta que, em 2016, 144 travestis e transexuais foram assassinadas no país.

O PAPEL DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE MUDANÇA DE GÊNERO

O trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender (Baró, 1996). É notável que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1999). Desta forma, o Conselho esclarece que a psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações.

O Conselho Federal de Psicologia estabelece normas relacionadas ao

tema de orientação sexual e considera que na prática profissional, o psicólogo é frequentemente afrontado por questões ligadas à sexualidade (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1999. Portanto, conforme o órgão, o profissional deverá entender que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade. Este profissional deve trabalhar visando a promoção de saúde e a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Conselho Regional de Psicologia [CRP], 2015).

Para auxiliar a grande demanda de crises psíquicas e emocionais, surge a psicoterapia breve, que está caracterizada por tempo determinado de duração, mas que, ainda assim, apresenta objetivos definidos e precisos (Santos, 1997, p. 31). O atendimento psicológico tem objetivo de favorecer que os usuários ajam de forma mais criativa e espontânea (Zakabi, 2014). Zakabi (2014) mostra que uma alternativa terapêutica seria a aplicação do Psicodrama, inspirada por Moreno no teatro e criada, inicialmente, como ‘ato terapêutico’, ou seja, para ter início, meio e fim em apenas uma sessão. Assim, prossegue o autor, o trabalho psicológico contribui para que as transexuais lidem com o sofrimento e situações difíceis.

Em 2015, foi desenvolvido o Projeto de Reinserção Social Transcidadania, cujo objetivo é fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBT em situação de vulnerabilidade, atendidas pelas CADS- Coordenadoria da Diversidade Sexual, que possui como definição:

Programa da Prefeitura de São Paulo destinado a promover os direitos humanos e a cidadania e oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. O programa possui como dimensão estruturante a oferta de condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas à conclusão da escolaridade básica, preparação para o mundo do trabalho e formação profissional, formação cidadã. A essas ações soma-se um exercício de aperfeiçoamento institucional, no que tange à preparação de serviços e equipamentos públicos para atendimento qualificado e humanizado. (Decreto nº 55.874, de 29 de Janeiro de 2015).

Não há tratamento para a homossexualidade, bissexualidade e transexualidade, pois não são patologias (Cecarelli, 2016, p. 7). Porém, o autor destaca que isso não anula a possibilidade do acolhimento psicológico em relação ao sofrimento em que vivem. Tal sofrimento, explica Cecarelli (2016), normalmente ocorre devido à pressão social para se enquadrar nos padrões considerados “normais”, isso significa que esse sofrimento acontece através do preconceito e não pela orientação sexual de cada um.

O BEM-ESTAR: QUALIDADE DE VIDA, FELICIDADE E ESPIRITUALIDADE

Segundo a Organização Mundial de Saúde [OMS] (1995), qualidade de vida é como o indivíduo percebe sua inserção no contexto de cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. A definição pode ser complementada de acordo com Nobre (1995), onde refere-se à qualidade de vida como sensação peculiar de conforto, bem-estar ou felicidade ao realizar funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro da realidade da sua família, do seu trabalho e dos valores da comunidade à qual pertence.

É necessário considerar a avaliação que cada pessoa faz sobre o seu estado de saúde e sobre os aspectos não médicos do seu contexto de vida, desta forma, a qualidade de vida do indivíduo só pode ser avaliada por ele mesmo (Seid & Zannon, 2004).

Rosário (2002) afirma que a melhoria da qualidade de vida está relacionada com a busca pela felicidade. A felicidade é um termo informal, que caracteriza a forma como cada indivíduo analisa sua vida, diante das expectativas colocadas ou das constantes mudanças que nela acontecem (Medeiros, Nascimento, Mariano, Sales & Medeiros, 2014). Sendo assim, os autores ressaltam que para se falar sobre felicidade, deve-se levar em conta como o indivíduo se apresenta no tempo presente, mesmo que tenha sofrido influências de eventos passados ou de perspectivas futuras. Os autores sinalizam que, embora existam fatores biográficos, sociais e psicológicos de cada sujeito, a felicidade é sinônimo de bem estar.

É preciso considerar o homem como uma totalidade, sua estrutura vem da interação dos níveis de consciência físico, mental, emocional, existencial e espiritual ligados e interdependentes (Almeida, Gutierrez & Marques, 2012). A espiritualidade, assim como a religiosidade, são citadas em diversos estudos, como fatores protetores à saúde, pois caracterizam traços adaptativos da vida (Panzini, Maganha, Rocha, Bandeira & Fleck, 2011).

No entanto, Farra e Geremia (2010) discorrem sobre a espiritualidade estar relacionada à uma busca pessoal por significado e sentido para o existir, podendo estar ou não, vinculada à uma religião, e por isso, o profissional da área, que zela pelo cuidado e valorização da vida, deve levar em consideração as inter-relações entre mente e corpo, assim como a influência da espiritualidade sobre a saúde, para que assim, possa ter uma visão integral do ser humano. Nesse sentido, os autores afirmam que a espiritualidade, por ser uma questão relevante para as pessoas, se insere de forma importante no âmbito da saúde.

De acordo com Femenías (2003), encontra-se em Butler uma negação da concepção de sujeito como “agente”, “fazedor”, unidade metafísica. Contrariamente a uma posição construtivista, o corpo seria o sujeito das ações. Não se poderia

pensar num “gênero” que se constrói porque não se poderia conceber um agente que se apropriaria de um gênero desde um lugar sem gênero ou pré-gênero. Já estaríamos desde sempre “generizados”. As normas de gênero recebidas seriam atuadas através do corpo. Corpo e sexualidade seriam expressões concretas da existência

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, constatou-se que existe relação entre as variáveis qualidade de vida e felicidade, mas não espiritualidade nesta população transgênero estudada. Sendo assim, demonstrando que a felicidade total está ligada positivamente com a qualidade de vida dos sujeitos, indicando que indivíduos com maior felicidade apresentam maior qualidade de vida.

Entretanto, a ausência de relação entre espiritualidade e os domínios de qualidade de vida e felicidade, pode sugerir que para esta amostra, não aponta relevância no que tange a espiritualidade. A hipótese não obteve os resultados esperados, onde procurávamos investigar se a espiritualidade auxiliava os indivíduos a passarem por momentos difíceis, por conta da pressão e do preconceito que sofrem por não se encaixarem nos padrões socialmente aceitos.

Butler (2003) se opõe a essa ideia de felicidade, quando afirma que Herculine sofre com a injunção de ter que pertencer a um dos dois sexos. Herculine, em seus escritos, deposita em seu corpo a causa do sofrimento. Um corpo anômalo, causa de seus desejos e aflições, fomentando confusões de gênero e estimulando prazeres transgressivos.

Futuros trabalhos devem ser desenvolvidos para verificar outras fontes de suporte, que não a espiritualidade, para esta população e com isto, possibilitar o desenvolvimento de mais alternativas e programas para auxiliar estes indivíduos, no processo de mudança e os preconceitos sofridos pela sociedade. Proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida e conseqüentemente a felicidade.

REFERÊNCIAS

Aguinsky, B.; Ferreira, G.; & Rodrigues, M. (2013). *A Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Rio Grande Do Sul: Entre Polêmicas, Alcances e Limites*. São Paulo: Seminário Internacional Fazendo Gênero.

Arán, M.; Murta, D. & Lionço, T. (2009). *Transexualidade e saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro.

Baró, I., M. (1996). *O papel do psicólogo*. *Estudos da Psicologia*, 2(1), 7-27.

Bento, B (2014). Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, 4(1), 165-182. Natal.

BENTO, B. A. (2006). *Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.

- BUTLER, J. (2003). Problemas de gênero.
- Cecarelli, R. (2015) *O desafio de despatologizar a sexualidade*. Revista PSI (185), 6-8.
- Farra, R. & Geremia, C. (2010). *Educação em Saúde e Espiritualidade: Proposições Metodológicas*. Revista Brasileira de Educação Médica, 34 (4), 587-597.
- Fernandes, A & Galvão, V. (2016). *Em busca da Transcendência: Desafios na Concretização dos Direitos Humanos*. Argumenta Journal Law, 25. Paraíba.
- Fleck, M., P.; Bandeira, D., R.; Rocha, N., S.; Maganha, C.; & Panzini, R., G. (2011). *Validação do Instrumento de qualidade de vida/espiritualidade, religião e crenças pessoais*. Rev Saude Publica 2011;45(1):153-65
- Gênero. (2008). In *Míni Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa*. (p. 374 e 402, 3 ed.) Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda.
- Hogemann, E. (2014). *Direitos Humanos e Diversidade Sexual: O Reconhecimento da Identidade de Gênero através do Nome Social*. Revista SJRJ. 21(39), 217-131.
- Jesus, J. (2012). *Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos*. Brasília.
- Medeiros, E.D.; Nascimento, A. M.; Mariano, T. E. ; Sales, H. F. S.; Medeiros, P. C. B.. *Escala de Felicidade de Lima: Validade Fatorial e Consistência Interna*. Psicologia em Pesquisa (UFJF) , v. 8, p. 150-158, 2014.
- Nobre, M. (1995). *Qualidade de Vida*. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, 64(4), 299-300.
- Oliveira, J. & Porto, T. (2016). *A Transfobia e a Negação de Direitos Sociais: A Luta de Travestis e Transexuais pelo acesso à Educação*. Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, 4, 8.
- Organização Mundial de Saúde (1995). *The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization*. Social science and medicine, 41(10), 1995, p.403-409.
- Paechter, C. (2009). *Meninos e Meninas aprendendo sobre masculinidades e feminidades*. Porto Alegre: Artmed.
- RIBEIRO, P. R. M , v. 5, n. 2, p. 07-15,(2017). Revista Diversidade e Educação.
- Sampaio, L. & Coelho, M. (2013). *A Transexualidade no cenário Brasileiro atual: A Despatologização e o direito à Identidade De Gênero*. Bahia: UNEB
- Sampaio. L. Coelho. M. (2012). Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. (Vol.16, n.42, pp.637-49). Botucatu: Interface
- Seid. E & Zannon. C. (2004). *Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos*. Saúde Pública, 20(2), 580-588.
- Silva, B. & Santos, E. (2014). *Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros*. Revista da SPAGESP, 15(2), 27-44.
- Silva, E. (2006). *A possibilidade Jurídica de Adoção por casais Homossexuais (2ªed)*. Curitiba: Juruá.

Spizzirri, G.; Pereira, C. & Abdo, C. (2014). *O termo gênero e suas contextualizações*. São Paulo: Diagn Tratamento.

Zakabi, D. (2014). *Clínica LGBT: contribuições do psicodrama para superação do estigma e da discriminação*. São Paulo.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem pedagógica 113, 115

Afetividade 49, 65, 67, 68, 69, 70, 71

Alfabetização Científica 86, 88, 92, 93

Anos Finais 91, 149, 154

Antitumorais 142, 143, 144, 146, 148

Aprendizagem 4, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 30, 33, 39, 42, 44, 48, 50, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 88, 92, 97, 98, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 122, 123, 150, 151, 152, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 193, 195, 196, 198, 199, 200, 205, 208, 211, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 223

Avaliação 149, 151, 154, 156, 158

C

Cães 142, 143, 144, 145, 147, 148

Ciências exatas 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64

Contexto escolar 22, 23, 28, 113, 115, 159, 166

D

Desvantagens 104

Dialogicidade 2

Diário Online 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Divisão sexual do trabalho 57, 60, 62

Docência 15, 33, 43, 46, 51, 53, 54, 137, 211, 219

E

Educação de Jovens e Adultos 201, 202, 204, 210, 211

Educação Física 135, 136, 137, 138, 140, 141, 222

Educação Infantil 65, 66, 67, 68, 71, 72, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 102, 212, 213, 216, 222

EJA 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211

Eletrotécnica Industrial 56, 57, 58, 59, 62, 63

Emoções Negativas 43, 46, 49, 50, 51, 53, 55

Ensino-aprendizagem 19, 92, 104, 122, 173, 174, 176, 177, 186, 188, 190, 195, 196, 198, 199, 205, 208, 218, 220

Ensino de Astronomia 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Ensino de Libras com L2 179

Ensino distância 10

Extensão Universitária 1, 2, 4, 7, 8

F

Formação Continuada 38, 159, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 220, 222, 223, 225

Formação inicial 51, 94

G

Gênero 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 95, 97, 98, 99, 102, 175, 191, 193, 198, 199

Genes antiapoptóticos 142, 143

I

Identidade social 73, 77, 84

Idosos 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 201, 205, 210, 217

Indisciplina na escola 43, 44, 46, 49, 53, 54

Inteligência Emocional 67, 71, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124

IQE 149, 150, 160

L

Leitura 94, 172, 197, 198

Letramento digital 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211

Linfoma 142, 143, 144, 145, 146, 147

M

Matemática 62, 87, 88, 108, 130, 139, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 216, 222

Metodologia ativa 12, 14, 19, 113, 122

Metodologias ativas 9, 10, 11, 13, 16, 17, 18, 19, 115, 116, 182, 183, 186

Multicritério 9, 10, 11, 13, 14, 19, 20

N

Narrativa 135, 136, 140

P

Poesia 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102

Professora 30, 33, 34, 65, 113, 135, 136, 137, 139, 140, 162, 185, 201, 203, 204, 206, 209, 210, 211

R

Relação professor-aluno 48, 49, 50, 65, 71

Relato de experiência 1, 113, 123, 173, 178

Rizoma 135, 139, 140

Rutina Zinco 142, 143, 146

S

Sementes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

Sexualidade 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 225

Síndrome de Burnout 43, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 54

Situações-problema 149, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159

T

Tecnologias Digitais 104, 201, 202, 203, 204, 208, 210

Transgênero 73, 77, 79, 80, 83

V

Vantagens 104, 107, 117, 182

Violência 21, 26, 41, 42, 43, 49, 50, 53, 54

 **Atena**
Editora

2 0 2 0